



CONTRATO Nº 20259089

TERMO DE CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE BENS Nº 20259089, QUE FAZEM ENTRE SI A CAMARA MUNICIPAL DE CANAA DOS CARAJAS E A EMPRESA M M M MULLER PRESENTES EIRELI.

Pelo presente instrumento de Contrato, de um lado CAMARA MUNICIPAL DE CANAA DOS CARAJAS, CNPJ-MF, Nº 01.613.324/0001-68, denominado daqui por diante de CONTRATANTE, representado neste ato pelo(a) Sr.(a) FLAVIO GOMES DE SOUZA, Presidente, e do outro lado M M M MULLER PRESENTES EIRELI, CNPJ/CPF CNPJ 83.319.038/0001-59, com sede na Rua Teotonio Vilela nº 605, Centro, Canaã dos Carajás-PA, CEP 68537-000, de agora em diante denominada CONTRATADA(O), neste ato representado pelo(a) Sr.(a). MIRIAN MARIA MARTINS MULLER, portador do(a) CPF 700.769.526-49, têm justo e contratado o seguinte:

CLÁSULA PRIMEIRA - DO OBJETO CONTRATUAL

1.1. O objeto do presente instrumento é a REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE UTENSÍLIOS DE COZINHA E LIXEIRAS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE CANAÃ DOS CARAJÁS - PA, nas condições estabelecidas neste Contrato e no Termo de Referência.

1.2. Itens contratados:

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÕES	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
254027	BANDEJA RETANGULAR ESPELHADA COM ALÇA EM INOX 52X31C CANTINHO DO CAFÉ DECORATIVA PARA SERVIR BEBIDAS ? ALÇAS EM AÇO INOX ESCOVADO, BORDA EM MDF DE 15MM, PINTURA EM VERNIZ FOSCO. DIMENSÕES DO ITEM C X L X A: 52 X 31 X 3 CENTÍMETROS	UNIDADE	40,00	109,840	4.393,60
254028	BANDEJA RETANGULAR AÇO INOX COM ALÇA NAS LATERAIS.* BANDEJA RETANGULAR EM AÇO INOX COR PRATA, COM ALÇAS RASAS. DIMENSÕES DO PRODUTO: 24 X 36 X 1,5 CM X 4,5CM. 0,6 G	UNIDADE	40,00	58,160	2.326,40
254029	BANDEJA MULTIUSO 10 LITROS COM TAMPA. MEDIDA: C 48CM X L 33CM X ALT 9CM (CADA) MATERIAL: PLÁSTICO - PRODUZIDA EM POLIPROPILENO DE ALTO IMPACTO, O QUE GARANTE QUALIDADE E RESISTÊNCIA	UNIDADE	10,00	18,100	181,00
254031	ALÇAS LATERAIS. CAIXA PLÁSTICA ORGANIZADORA COM TAMPA PROFISSIONAL 8 LITROS.* CAIXA MULTIUSO 18 L. EM PLÁSTICO LEITOSO. INDICADA PARA USO EM COZINHA, ORGANIZAÇÃO DOMÉSTICA, ORGANIZAÇÃO DE UTENSÍLIOS. CAIXA ATÓXICAS LIVRES DE BPA (BPA FREE), ADEQUADAS PARA USO COM ALIMENTOS. DIMENSÕES DO PRODUTO (ALTURA X LARGURA X PROFUNDIDADE): 17X34X44CM. CAPACIDADE MINIMA PARA 18 LITROS.	UNIDADE	5,00	33,910	169,55
254033	CAIXA ORGANIZADORA TRANSPARENTE 50 LITROS.* CAIXA ORGANIZADORA EM TAMANHO GRANDE COM CAPACIDADE PARA MINIMO 50 LITROS, COM TRAVAS DE FECHAMENTO, EM POLIPROPILENO TRANSPARENTE QUE DISPENSA O USO DE ETIQUETAS DE IDENTIFICAÇÃO. CARACTERÍSTICAS PRINCIPAIS - CAIXA ORGANIZADORA EM TAMANHO GRANDE -EM PLÁSTICO TRANSPARENTE - MATERIAL RESISTENTE E DE FÁCIL IDENTIFICAÇÃO - CAPACIDADE MINIMA PARA 50 LITROS.	UNIDADE	5,00	63,720	318,60
254036	CONJUNTO DE UTENSÍLIOS DE COZINHA EM SILICONE E MADEIRA 6 PEÇAS.* 1 COLHER EM SILICONE E MADEIRA 32CM 1 CONCHA EM	CONJUNTO	6,00	35,360	212,16

Estado do Pará
GOVERNO MUNICIPAL DE CANAÃ DOS CARAJÁS
Prefeitura Municipal de Canaã dos Carajás



	SILICONE E MADEIRA 31CM 1 PINCEL EM SILICONE E MADEIRA 27CM 1 ESPÁTULA EM SILICONE E MADEIRA 32CM			
	1 PEGADOR DE MASSAS 30 CM, MATERIAL DAS COLHERES: SILICONE, MADEIRA, SUPORTA TEMPERATURAS DE -40°C ATÉ + 180°C, PODEM SER LEVADOS À LAVA-LOUÇAS FLEXÍVEIS, NÃO SE DEFORMAM NÃO TÓXICO, LIVRE DE BPA, NÃO RISCA SUAS PANELAS, FURO NO CABO, SE QUISER PENDURAR EM SUPORTES DE PAREDE, O CABO NÃO TRANSMITE O CALOR (NÃO ESQUENTA). CONJUNTO UTENSÍLIO COZINHA EM AÇO INOX KIT 7 PEÇAS ? PRATA. CONJUNTO UTENSÍLIO COZINHA EM AÇO INOX KIT 7 PEÇAS ? PRATA. CONTEÚDO DO KIT: 1UN ESPÁTULA PARA BOLO, 1UN COLHER, 1UN CONCHA, 1UN, ESCUMADEIRA, 1UN PEGADOR DE MACARRÃO, 1UN ESPÁTULA VAZADA ,1UN BATEDOR FUÊ	6,00	39,000	234,00
254037	CONJUNTO 6 COPOS DE VIDRO LONG DRINK 300ML.* CONJUNTO 6 COPOS DE VIDRO LONG DRINK 300ML: COM DESIGN MODERNO LISO. MATERIAL: VIDRO CAPACIDADE: 300ML CADA UNIDADE DIMENSÕES DA EMBALAGEM: ALTURA: 14CM LARGURA: 24M PROFUNDIDADE: 13CM PESO: 1,002KG	20,00	22,000	440,00
254038	CUSCUZEIRO ALUMÍNIO POLIDO EXTRA FORTE 4 PORÇÕES INDIVIDUAL.* COMPOSIÇÃO: CUSCUZEIRO4 PORÇÕES ALUMÍNIO EXTRA FORTE NV08 COR PRETO CRAQUEADO. DIMENSÕES: 28CM DE LARGURA, 20CM DE ALTURA E 28CM DE DIÂMETRO. CAPACIDADE EM VOLUME 2,8L.	1,00	72,000	72,00
254040	GARFOS DE MESA EM AÇO INOX.* DIMENSÕES DO ITEM C X L X A 19.3 X 2.3 X 1.9 CENTÍMETROS	200,00	2,140	428,00
254041	CANECÃO/LEITEIRA INDUSTRIAL ALUMÍNIO HOTEL Nº 24.* DESCRIÇÃO: CANECÃO LINHA HOTEL DE ALUMÍNIO - COM CABO EM BAQUELITE PARA PROTEÇÃO AO CALOR - CAPACIDADE PARA ATÉ 10,8 LITROS ALUMÍNIO ESCOVADO REFORÇADO, EXCELENTE PARA TODO O TIPO DE COZINHA. MEDIDAS: - ALTURA: 24,5CM - DIÂMETRO DA BOCA: 24CM	2,00	59,600	119,20
254042	CANECA LEITEIRA EM ALUMÍNIO E CABO DE MADEIRA 4,95 L TS N 20.* CANECAO EXTRA N 20 LEITEIRA FERVEDOR EM ALUMINIO E CABO DE MADEIRA 4,95 LITROS. CARACTERÍSTICAS: LONGA DURABILIDADE NÃO ENFERRUJA FÁCIL HIGIENIZAÇÃO E MANUSEIO SIMPLES, SEGURO E PRÁTICO MATERIAL DO CORPO EM ALUMÍNIO REFORÇADO COR PREDOMINANTE: BRILHAZ	2,00	65,000	130,00
254043	PRATEADO (POLIDO BRILHANTE). 01 CANECA TAMANHO 20: 19,5 CM (DIAM.) X 17,5 CM (ALT.) CAP: 4,95 LTS. FRIGIDEIRA CERÂMICA ANTIADERENTE 24CM.* ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS: MATERIAL: ALUMÍNIO, BAQUELITE E REVESTIMENTO CERÂMICO. COMPATIBILIDADE: FOGÕES COOKTOP, INDUÇÃO E GÁS. DIÂMETRO: 24 CM. PESO: 0,800 KG	4,00	38,500	154,00
254044	GARRAFA TÉRMICA PRESSÃO INOX PARA CAFÉ 1,8 LT.* GARRAFA TÉRMICA PRESSÃO INOX 1,8 LITROS: CAPACIDADE PARA 1,8 LITRO, COM TAMPA DE PRESSÃO MATERIAL ATÓXICO. MATERIAL DO INTERIOR: AÇO INOXIDÁVEL. MATERIAIS DO EXTERIOR: AÇO INOXIDÁVEL CONSERVA LÍQUIDO FRIO POR: 6 H CONSERVA LÍQUIDO QUENTE POR: 6 H SISTEMA DE ABERTURA DA TAMPA: DE PRESSÃO LARGURA: 13.5 CM ALTURA: 36.7 CM PESO: 1.101 KG COM ALÇA/ COM SISTEMA ANTIGOTEJAMENTO.	10,00	83,750	837,50
254045	GARRAFA TÉRMICA PARA CAFÉ 1 LT.* ESPECIFICAÇÃO: GARRAFA TÉRMICA PARA CAFÉ, EM AÇO INOX ESCOVADO, COM CAPACIDADE PARA 1 LITRO. COM AMPOLA DE VIDRO COM SISTEMA DE PRESSÃO. COM CONSERVAÇÃO TÉRMICA DE NO MÍNIMO 6 HORAS. COM PROTEÇÃO CONTRA QUEDAS. DIMENSÕES: ALTURA: 32 CM, DIÂMETRO 12 CM.	10,00	69,280	692,80
254046	GARRAFA TÉRMICA EM INOX PARA CAFÉ 500 ML.* ESPECIFICAÇÃO: GARRAFA TÉRMICA COM REVESTIMENTO EXTERNO EM AÇO INOX. CAPACIDADE MÍNIMA 500ML, COM AMPOLA DE VIDRO COM SISTEMA DE PRESSÃO. DIMENSÕES DO PRODUTO: ?14,4 X 14,4 X 25,3 CM 594 G. MATERIAL: ?AÇO INOXIDÁVEL.	40,00	55,020	2.200,80
254047	JARRA DE VIDRO COM TAMPA, FEITA EM VIDRO BOROSSILICA TO E AÇO INOXIDÁVEL 1,8L.* JARRA DE SUÇO DE 1,8 L, STYLE JARRA DE VIDRO BOROSSILICATO COM ALÇA. COM TAMPA DE INOX. DIMENSÕES DO PRODUTO: ?15 X 15 X 23 CM 500 G.	10,00	47,900	479,00
254048	KIT JOGO DE FACAS DE COZINHA.* 01 FACAS PARA LEGUMES 01 FACAS PARA PÃO 7 01 FACAS PARA CARNE 7 UMA FACAS PARA COZINHA 6 LÂMINA EM AÇO INOX E CABO DE MADEIRA, TRATAMENTO TÉRMICO DÁ MAIS DURABILIDADE AO FIO E AO CABO DE MADEIRA TRATADA POLYWOOD, FIXADO COM RIBITES DE ALUMÍNIO, É CONFORTAVÉL À PEGA. PODEM IR A MÁQUINA DE LAVAR LOUÇA.	5,00	60,100	300,50
254049	PORTA COPOS DESCARTÁVEL SUPORTE INOX 80 E 200ML + DI SPENSER ORGANIZADOR LUXO * SUPORTE COPO DESCARTÁVEL 50/80ML E 180/200ML PORTA COPOS E COLHERES. PESO APROXIMADO: 370G / COR: CROMADO,	50,00	33,880	1.694,00

Estado do Pará
GOVERNO MUNICIPAL DE CANAÃ DOS CARAJÁS
Prefeitura Municipal de Canaã dos Carajás



	BRANCO OU PRETO. DIMENSÕES: 20,5CM (C) X 7CM (L) X 27CM (A). POTE REDONDO: 6CM (D) X 7CM (A). SUPORTA: COLHERES, COPOS DE 50/80ML E 180/200ML. CAPACIDADE: 50 COPOS DE 50/80ML. 40 COPOS DE 180/200ML.				
254064	PORTA TALHERES C/ TAMPAS 5 DIVISÓRIAS.* UNIDADE ESPECIFICAÇÃO: ORGANIZADOR DE GAVETA E TALHERES COM 5 DIVISÓRIAS E TAMPAS. PRODUZIDO EM POLIPROPILENO, MATERIAL ATÓXICO, LIVRE DE BPA (BPA FREE). DIMENSÕES: 34,6X29,3X5,3 CM	5,00	17,610	88,05	
254067	POTE DE VIDRO HERMÉTICO RETANGULAR, 1040 ML.* UNIDADE POTE DE VIDRO HERMÉTICO RETANGULAR, CAPACIDADE: 1040 ML. TIPO DE MATERIAL: POLIPROPILENO, VIDRO. DIMENSÕES DO PRODUTO: 16 X 21 X 7 CM 750 G.	10,00	24,900	249,00	
254068	PRATOS RASOS REDONDO DE 27 CM DE VIDRO BRANCO CX 6 P JOGO EÇAS.* PRATOS RASOS EM VIDRO OPACO DIMENSÕES DO PRODUTO: 27 X 1,91 CM PESO: 0,5 KG. CAIXA COM 6 PEÇAS COR BRANCA, 27 CM.	20,00	66,000	1.320,00	
254069	PRATOS SOBREMESA REDONDO 18 CM DE DIAMETRO EM PCELA JOGO NA BRANCO CX C/ 6 PEÇAS.* PRATO SOBREMESA (CX C/ 6 UND). TIPO DE MATERIAL: ?PORCELANA. COR ? : BRANCA. DIMENSÕES DO PRODUTO: ?22 X 21 X 9 CM 1,78 QUILOGRAMAS	15,00	58,000	870,00	
254070	SUPORTE DOBRÁVEL EM AÇO INOX PARA GALAO DE AGUA 20L. UNIDADE CARACTERÍSTICAS: SUPORTE VERTICAL PARA GALÃO DE ÁGUA 20L. MATERIAL: AÇO INOX SUPER RESISTENTE ACOMPANHA TORNEIRA DE PLÁSTICO MEDIDA: 37CM X 32,5CM X 34,5CM COR: PRETO PESO: 730G.	4,00	61,500	246,00	
254071	TOALHA MESA TECIDO JACQUARD 2,00M X 2,00M.* UNIDADE TOALHA MESA, MATERIAL JACQUARD, FORMATO QUADRADA, COMPRIMENTO 2,00 M, LARGURA 2,00 M. COR: BRANCA ESTAMPADA MATERIAL: JACQUARD 58%ALGODÃO E 42% POLIÉSTER.	10,00	61,000	610,00	
254075	CESTO DE LIXO AÇO INOX COM TAMPAS E PEDAL 40 LITROS.* UNIDADE LIXEIRA INOX PEDAL COM TAMPAS 40 LITROS. DETALHES DO PRODUTO: LIXEIRA DE AÇO INOX COM TAMPAS E PEDAL. CONFECCIONADA EM AÇO INOXIDÁVEL AISI 430 COM A TAMPAS COM ABERTURA SUPERIOR. CONFECCIONADO EM AÇO INOXIDÁVEL AISI 430. - MEDINDO 30 CM DIÂMETRO X 50 CM ALTURA - (DA) - CAPACIDADE DE 40 LITROS. FEITO COM MATERIAL DE ALTA QUALIDADE - NÃO POSSUI CESTO INTERNO, ACOMPANHA ARO REMOVÍVEL	4,00	282,000	1.128,00	
254080	SUPORTE DISPENSER PORTA COPOS DESCARTÁVEIS 180ML 200 UNIDADE ML AGUA.* DESCRIÇÃO DISPENSER: MEDIDAS MONTADO: 14CM X 53CM X 19CM - COMPOSIÇÃO: BASE EM PP / TUBO EM PVC - ACOMPANHA KIT DE FIXAÇÃO COM 4 PARAFUSOS E 4 BUCHAS. - CAPACIDADE PARA 100 COPOS.	10,00	45,000	450,00	
254081	SUPORTE DISPENSER PORTA COPOS DESCARTÁVEIS 50ML CAFÉ UNIDADE DESCRIÇÃO DISPENSER: DISPENSADOR DE COPOS DESCARTÁVEIS PARA CAFÉ, TAMANHOS DE ATÉ 50ML. CAPACIDADE DO TUBO: O TUBO COMPORTA ATÉ 100 COPOS. COR: PRETO CONTÉM: 1 BASE PARA SAÍDA DOS COPOS 1 TUBO PARA COPOS DESCARTÁVEIS DE CAFÉ 1 TAMPAS 4 PARAFUSOS 4 BUCHAS 1 MANUAL DE INSTALAÇÃO E UTILIZAÇÃO.	10,00	32,000	320,00	
			VALOR GLOBAL R\$	20.664,16	

1.3. São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- a) O Termo de Referência que embasou a contratação;
- b) A Proposta do Contratado;
- c) Eventuais anexos dos documentos supracitados

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO CONTRATO

2.1. O valor total deste contrato é de R\$ 20.664,16 (vinte mil, seiscentos e sessenta e quatro reais e dezesseis centavos).

2.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.



CLÁUSULA TERCEIRA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

3.1. Este contrato origina-se no processo de nº 020-2025-CMCC, na modalidade PREGÃO e fundamenta-se na Lei nº 14.133/2021, de 1º de abril de 2021, e suas alterações.

CLÁUSULA QUARTA - DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

4.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no prazo de 3 (três) dias úteis, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

Parágrafo único. O prazo acima poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da CONTRATADA, durante seu transcurso, devidamente justificada e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

4.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.3. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 2 (dois) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

Parágrafo único. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

4.4. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA

5.1. Este Contrato terá validade e eficácia legal iniciando-se imediatamente após a publicação do seu extrato e estendendo-se até 31 de Dezembro de 2025.

Parágrafo único. O período acima poderá ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes, conforme artigo 107 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA SEXTA - DOS ENCARGOS DO CONTRATANTE



6.1. São obrigações da CONTRATANTE:

- I** - Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com o contrato e seus anexos;
- II** - Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- III** - Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- IV** - Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela CONTRATADA;
- V** - Efetuar o pagamento à CONTRATADA do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;
- VI** - Aplicar à CONTRATADA sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;
- VII** - Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela CONTRATADA;
- VIII** - Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- IX** - A CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS ENCARGOS DA CONTRATADA

7.1. A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

- I** - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- II** - Comunicar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- III** - Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, Lei 14.133/2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles



solicitados;

IV - Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

V - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

VI - Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores - SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

- a)** prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- b)** certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- c)** certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
- d)** Certidão de Regularidade do FGTS - CRF; e
- e)** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;

VII - Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

VIII - Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

IX - Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

X - Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta;

XI - Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

XII - Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

XIII - Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;



XIV - Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

XV - Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

7.2. É vedado à CONTRATADA:

I - A contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal da CONTRATANTE durante a vigência deste Contrato;

II - A veiculação de publicidade acerca deste Contrato, salvo se houver prévia autorização da Administração da CONTRATANTE; e

III - A subcontratação de outra empresa para o fornecimento do produto objeto deste Contrato.

CLÁUSULA OITAVA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

8.3. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

I - O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

II - O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

III - O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

CLÁUSULA NONA - DA DESPESA

9.1. A despesa com o fornecimento do produto de que trata o objeto, está a cargo da dotação orçamentária Exercício 2025 Atividade 1101.010311427.2.067 Manter as Atividades Administrativas da Câmara Municipal, Classificação econômica 3.3.90.30.00 Material de consumo, Subelemento 3.3.90.30.21.



CLÁUSULA DÉCIMA - DO PAGAMENTO

10.1. A CONTRATADA deverá apresentar nota fiscal para liquidação e pagamento da despesa pelo CONTRATANTE, mediante ordem bancária creditada em conta-corrente ou cheque nominal ao fornecedor no prazo de 10 (dez) dias contados da apresentação dos documentos junto a(o) CAMARA MUNICIPAL DE CANAA DOS CARAJAS.

10.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

10.3. Quando houver glosa parcial do objeto, o contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

10.4. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

Parágrafo único. O CONTRATANTE reserva-se o direito de recusar o pagamento se, no ato da atestação, os produtos fornecidos não estiverem em perfeitas condições de consumo ou em desacordo com as especificações apresentadas e aceitas.

10.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante;

10.6. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

10.7. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

10.8. Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente



sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

10.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

10.10. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

10.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

10.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

Parágrafo único. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

10.13. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO

11.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

11.3. As alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 da Lei 14.133/2021 não poderão transfigurar o objeto da contratação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO REAJUSTE

12.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 10 de Abril de 2025

12.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do CONTRATADO, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo CONTRATANTE, do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da



anualidade

12.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

12.4. No caso de atraso ou não divulgação do IPCA, o CONTRATANT pagará ao CONTRATADO a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

12.5. Caso o IPCA venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

12.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- I** - Der causa à inexecução parcial do contrato;
- II** - Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III** - Der causa à inexecução total do contrato;
- IV** - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V** - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI** - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII** - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- VIII** - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- IX** - Fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X** - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI** - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;



XII - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

I - Advertência, quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);

II - Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do subitem 13.1 deste Edital, sempre que não se justifica r a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);

III - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do subitem 13.1 deste Edital, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei).

IV - Multa:

a) Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

b) Compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

13.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE (art. 156, §9º).

13.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

I - Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157).

II - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

13.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

I - A natureza e a gravidade da infração cometida;



II - As peculiaridades do caso concreto;

III - As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - Os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;

V - A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

13.8. A personalidade jurídica da CONTRATADA poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a CONTRATADA, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160)

13.9. O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (art. 161).

13.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

14.1. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo único. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

14.2. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

- a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c) Indenizações e multas.



CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO, BASE LEGAL E FORMALIDADES

16.1. Fica eleito o Foro da cidade de CANAÃ DOS CARAJÁS, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21.

16.2. Para firmeza e como prova de haverem as partes, entre si, ajustado e contratado, é lavrado o presente termo, em 02 (duas) vias de igual teor, o qual, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes e pelas testemunhas abaixo.

CANAÃ DOS CARAJÁS - PA, 30 de Setembro de 2025

CAMARA MUNICIPAL DE CANAA DOS CARAJAS
CNPJ(MF) 01.613.324/0001-68
CONTRATANTE

M M M MULLER PRESENTES EIRELI
CNPJ 83.319.038/0001-59
CONTRATADO(A)

Testemunhas:

1. _____

2. _____